

Questão 01

"Existem expressões às quais nos acostumamos tanto que não nos surpreendem mais. Mas, se repensarmos um pouco, elas podem despertar nossa curiosidade. De vez em quando, por exemplo, ficamos sabendo que os cientistas detectaram um astro até então desconhecido, que fica a bilhões de anos-luz de distância."

O emprego do hífen em palavras compostas, como em 'anos-luz', segue regras específicas de hifenização. Com base nisso, marque com V as afirmativas verdadeiras ou com F as falsas.

(___) Quando o primeiro elemento da palavra composta está representado por forma substantiva, adjetiva, numeral ou verbal, ocorre hífen, como em couve-flor, azul-escuro, primeiro-ministro e para-quadras.

(___) Quando o primeiro elemento está representado pela forma 'mal' e o 2º elemento começa por 'vogal', 'h' ou 'l', emprega-se o hífen, como em mal-informado, 'mal-humorado' e 'mal-limpó'. Por outro lado, 'malcriado' não recebe hífen, pois não se enquadra nessas regras.

(___) Normalmente as locuções não são hifenizadas, como 'mão de obra', 'dia a dia', Bumba meu boi. No entanto, são exceções à regra os vocábulos 'cor-de-rosa' e 'arco-da-velha', que são hifenizados.

(___) Os vocábulos 'ultrassom' e 'maxirresultado', que antes eram grafados com hífen, passaram a ser escritos sem esse sinal, com duplicação das consoantes 's' e 'r'.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

- (A) F, V, V, F.
- (B) V, F, F, V.
- (C) V, V, F, V.
- (D) F, V, V, V.
- (E) V, V, V, V.

Questão 02

"Embora se trate de uma unidade de distância, o ano-luz nos conta quanto tempo levou a viagem."

Considerando os elementos linguísticos utilizados no trecho, julgue as afirmativas:

I.A oração iniciada pela conjunção 'Embora...é subordinada adverbial concessiva, indicando que há uma contradição aparente entre ser unidade de distância e informar tempo, mas isso não impede a ideia principal.

II.A expressão 'a viagem' exerce a função de objeto direto do verbo 'levar', uma vez que completa o sentido do verbo sem o auxílio de preposição.

III.O pronome oblíquo 'nos' é objeto indireto do verbo 'contar', ao passo que a expressão 'quanto tempo levou a viagem' exerce a função de objeto direto.

IV.A expressão 'de uma unidade de distância' exerce a

função de sujeito do verbo 'tratar', configurando uma construção em voz passiva.

Assinale a alternativa que apresenta as proposições CORRETAS.

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II e III, apenas.

Questão 03

A polissemia e a ambiguidade são elementos fundamentais da língua portuguesa, contribuindo para a riqueza da comunicação, da literatura e da publicidade, embora devam ser evitadas em textos técnicos ou científicos.

Considerando os conhecimentos sobre esses fenômenos, julgue as afirmativas a seguir:

I.A polissemia diz respeito a um termo que apresenta múltiplos sentidos, cujo significado se define conforme o contexto de enunciação; quando esse contexto não é suficiente, pode ocorrer ambiguidade, caracterizada pela presença de mais de uma interpretação possível para o enunciado.

II.A ambiguidade, quando decorre de descuido, configura-se como um vício de linguagem, como em "Paulo encontrou seu chefe andando no corredor".

III.Na frase "A manga da minha blusa foi manchada com a manga que comprei na quitanda do meu tio", observa-se ambiguidade relacionada ao emprego do vocábulo 'manga'.

IV.Na frase "Eu usei o binóculo para ver o homem", observa-se ambiguidade decorrente do uso inadequado de 'binóculo'.

Assinale a alternativa que apresenta as proposições CORRETAS.

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

Questão 04

"O Sol, nossa estrela mais próxima, está a cerca de 149,6 milhões de quilômetros. Por isso, seus raios levam cerca de oito minutos para chegar à Terra."

Assinale a alternativa em que os vocábulos estão acentuados de forma CORRETA, segundo a mesma regra de acentuação da palavra 'próxima'.

- (A) Por ser muito púdico, o paciente sentiu-se constrangido ao conversar com o médico.

- (B) Ele bateu o recorde de velocidade ao recitar cada sílaba com impressionante precisão.
- (C) O homem ávaro recusava-se a ajudar, enquanto o bígamo escondia sua vida dupla.
- (D) O turista bávaro alugou um veículo para explorar a cidade do Rio de Janeiro.
- (E) O misântropo mantinha uma rotina metódica, evitando qualquer contato social.

Questão 05

Os parônimos figuram entre os temas mais desafiadores da língua portuguesa. Saber distingui-los é fundamental para uma comunicação eficaz, tanto na modalidade escrita quanto na oral. Com base no uso correto desses termos, complete as lacunas a seguir:

I.O empresário consegue sempre___lucros em seus investimentos

II.Ele foi multado por___as regras de trânsito.

III.O guarda de___ tinha perfeita noção do seu dever: não punia, orientava.

IV.Em muitos países se discute sobre___o uso de algumas drogas.

Assinale a alternativa que preenche de forma CORRETA as lacunas acima.

- (A) auferir, infringir, tráfico, discriminar
- (B) aferir, infligir, tráfego, discriminar
- (C) auferir, infringir, tráfego, descriminar
- (D) auferir, infligir, tráfego, discriminar
- (E) aferir, infringir, tráfico, descriminar

Matemática

Questão 06

Em um processo seletivo interno, uma fundação pública precisa formar uma comissão com 3 servidores entre 8 analistas habilitados. A ordem de escolha não altera a composição final do grupo, pois todos terão a mesma função deliberativa. Determine o número de comissões distintas que podem ser formadas com esses 8 analistas, analise as alternativas abaixo e assinale a CORRETA.

- (A) Podem ser formadas 48 comissões distintas.
- (B) Podem ser formadas 64 comissões distintas.
- (C) Podem ser formadas 56 comissões distintas.
- (D) Podem ser formadas 40 comissões distintas.
- (E) Podem ser formadas 72 comissões distintas.

Questão 07

Uma universidade oferece três atividades optativas em um programa de formação: Estatística Aplicada, Lógica Formal e Programação. Em um grupo de 120 participantes, 68 cursam Estatística, 54 cursam Lógica e 50 cursam Programação. Além disso, 26 cursam Estatística e Lógica, 22 cursam Estatística e

Programação, 18 cursam Lógica e Programação, e 10 cursam as três atividades. Encontre a quantidade de participantes que estão matriculados em pelo menos uma dessas atividades, analise as alternativas abaixo e assinale a CORRETA.

- (A) Há 116 matriculados em ao menos uma atividade.
- (B) Há 114 matriculados em ao menos uma atividade.
- (C) Há 112 matriculados em ao menos uma atividade.
- (D) Há 108 matriculados em ao menos uma atividade.
- (E) Há 120 matriculados em ao menos uma atividade.

Questão 08

Helena negociou a compra de um equipamento de laboratório por um valor total já com frete incluído. Ela pagou 40% do preço no ato da compra e quitou o restante com uma parcela única de R\$ 4.320,00. Sabendo que não houve juros nem descontos adicionais, determine o valor total do equipamento adquirido por Helena, analise as alternativas abaixo e assinale a CORRETA.

- (A) O valor total do equipamento era de R\$ 7.200,00.
- (B) O valor total do equipamento era de R\$ 7.680,00.
- (C) O valor total do equipamento era de R\$ 6.960,00.
- (D) O valor total do equipamento era de R\$ 7.500,00.
- (E) O valor total do equipamento era de R\$ 6.480,00.

Questão 09

Uma equipe técnica verificou que 6 revisores, trabalhando 5 horas por dia durante 8 dias, conseguem conferir 240 relatórios de conformidade. Em outra etapa, será preciso conferir 540 relatórios com 9 revisores, atuando 6 horas por dia e mantendo o mesmo rendimento individual. Encontre o número de dias necessários para concluir essa nova etapa, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

I.O aumento de 240 para 540 relatórios faz o tempo crescer na razão 540/240.

II.A passagem de 6 para 9 revisores reduz o tempo na razão 6/9.

III.O aumento de 5 para 6 horas diárias reduz o tempo na razão 5/6.

IV.O tempo necessário para a nova etapa é de 15 dias.

- (A) Está CORRETO o que se afirma em II e IV, apenas.
- (B) Está CORRETO o que se afirma em I e IV, apenas.
- (C) Está CORRETO o que se afirma em II, III e IV, apenas.
- (D) Está CORRETO o que se afirma em I, II e III, apenas.
- (E) Está CORRETO o que se afirma em I, III e IV, apenas.

Questão 10

A tabela abaixo apresenta a quantidade de processos

analisados por quatro setores ao longo de um período. Setor A = 180, Setor B = 240, Setor C = 150 e Setor D = 210.

Processos Analisados por Setor

Setor	Processos Analisados
Setor A	180
Setor B	240
Setor C	150
Setor D	210

Dados fictícios e imagem criada pelo elaborador

Com base nesses dados, deseja-se identificar diferenças e proporções entre os setores para fins de avaliação de desempenho. Determine a diferença entre o setor com maior número de processos e o setor com menor número de processos, analise as alternativas abaixo e assinale a CORRETA.

- (A) A diferença é de 80 processos.
- (B) A diferença é de 90 processos.
- (C) A diferença é de 70 processos.
- (D) A diferença é de 60 processos.
- (E) A diferença é de 100 processos.

Informática básica

Questão 11

Em ambientes corporativos com servidores de arquivos, o gerenciamento de permissões e a estruturação de pastas compartilhadas são elementos críticos para a segurança e a integridade das informações. Considerando as práticas avançadas de organização e gerenciamento em ambientes compartilhados, analise as afirmativas a seguir.

I. Em servidores com sistema de arquivos NTFS (New Technology File System), as permissões de compartilhamento de rede e as permissões locais do sistema de arquivos são avaliadas de forma cumulativa, e o acesso efetivo do usuário é determinado pela permissão mais restritiva entre os dois conjuntos.

II. A implementação de cotas de disco em sistemas de arquivos permite ao administrador estabelecer limites de armazenamento por usuário, controlando o uso de espaço em volumes e contribuindo para a manutenção da capacidade disponível e do desempenho do ambiente.

III. Em ambientes de rede corporativa, o mapeamento de unidades de rede atribuído ao dispositivo local uma letra de unidade vinculada a uma pasta compartilhada no servidor, tornando o acesso permanente e sem interrupções de conectividade entre o dispositivo e o

servidor.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) III apenas.
- (C) II apenas.
- (D) I e III apenas.
- (E) I e II apenas.

Questão 12

As redes de computadores estruturam a comunicação entre dispositivos por meio de protocolos e topologias específicas, enquanto internet e intranet desempenham funções distintas no acesso à informação. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

I. A intranet é uma rede privada que utiliza os mesmos protocolos da internet, como o Protocolo de Transferência de Hipertexto (HTTP) e o Protocolo de Internet (IP), restringindo o acesso a usuários autorizados de uma organização.

II. O protocolo Transmission Control Protocol/Internet Protocol (TCP/IP) é empregado na comunicação em redes locais do tipo Local Area Network (LAN), estruturado para operação nesse ambiente, com uso distinto em redes de longa distância do tipo Wide Area Network (WAN) e na internet pública.

III. O endereço IP versão 4 (IPv4) utiliza 32 bits para identificar dispositivos em uma rede, o que permite um total teórico de aproximadamente 4,3 bilhões de endereços únicos.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II apenas.
- (B) I e III apenas.
- (C) I apenas.
- (D) II e III apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 13

O formato Portable Document Format (PDF) oferece recursos avançados de segurança, compressão e interatividade amplamente utilizados em contextos profissionais e jurídicos. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) A aplicação de senha de abertura em um arquivo PDF impede que o documento seja visualizado sem autenticação, enquanto a senha de permissões restringe ações como impressão e cópia de conteúdo, sendo ambas independentes entre si.

(__) O formato PDF suporta a incorporação de assinatura digital com certificado, possibilitando a verificação de autenticidade e integridade do documento, o que o torna adequado para uso em processos eletrônicos com validade jurídica.

(__) Arquivos PDF gerados a partir de imagens

digitalizadas contêm texto pesquisável por padrão, pois o processo de digitalização converte automaticamente o conteúdo visual em texto codificado sem necessidade de software adicional.

() O nível de compressão aplicado a um arquivo PDF pode influenciar diretamente o tamanho do arquivo final, sendo possível reduzir o peso de documentos com muitas imagens por meio de configurações de compressão no momento da geração ou da otimização do arquivo.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, F.
- (B) V, V, F, V.
- (C) V, F, V, F.
- (D) V, V, V, V.
- (E) F, F, V, V.

Questão 14

Os programas do pacote Microsoft 365 oferecem recursos avançados de formatação, automação e análise de dados que exigem domínio técnico para utilização eficiente em ambientes corporativos. Considerando os recursos dos programas do pacote Microsoft 365, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) No Microsoft Excel, a função PROCV realiza a busca de um valor em uma coluna de uma tabela e retorna o valor correspondente de outra coluna da mesma tabela, com base em correspondência exata ou aproximada definida pelo usuário.
- (B) No Microsoft Word, o recurso de mala direta permite vincular uma planilha do Excel a uma apresentação do PowerPoint, mesclando automaticamente dados de slides com modelos de texto para geração de documentos em lote.
- (C) No Microsoft PowerPoint, o modo de exibição chamado classificador de slides possibilita a edição detalhada do conteúdo textual de cada slide, sendo o ambiente recomendado para revisão e formatação de parágrafos extensos.
- (D) No Microsoft Excel, as tabelas dinâmicas são utilizadas para aplicar formatações condicionais em células individuais, alterando automaticamente a cor do texto com base em fórmulas inseridas diretamente nas células da tabela de origem.
- (E) No Microsoft Word, o controle de alterações registra as modificações feitas no documento, mas impede que outros usuários visualizem ou aceitem as alterações propostas, restringindo o acesso ao histórico de edições ao autor do documento.

Questão 15

Um técnico de suporte recebe um chamado informando que, após a instalação de uma atualização do sistema operacional, determinados programas pararam de

responder e o gerenciador de tarefas aponta consumo elevado de memória por processos em segundo plano. Diante desse cenário, o técnico precisa identificar a causa e adotar a conduta correta conforme as práticas de gerenciamento do sistema operacional. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O gerenciador de tarefas tem função de monitorar a temperatura do processador e gerenciar o consumo de energia dos dispositivos conectados, sem possibilitar o encerramento de processos ou a visualização do uso de memória por aplicativos.
- (B) O alto consumo de memória por processos em segundo plano indica falha no hardware de memória RAM, sendo necessária a substituição física do componente antes da análise de software pelo técnico de suporte.
- (C) O gerenciador de tarefas permite identificar processos com alto consumo de memória e encerrá-los manualmente, e também a análise de programas configurados para inicialização automática, o que auxilia no diagnóstico de conflitos após atualizações do sistema.
- (D) Desinstalar o sistema operacional e reinstalá-lo do zero é a medida eficaz para resolver conflitos gerados por atualizações, pois o sistema operacional não dispõe de mecanismos nativos de reversão ou restauração de configurações anteriores.
- (E) Reiniciar o computador em modo normal com os programas de inicialização ativos é o procedimento indicado para isolar conflitos causados por atualizações, pois o carregamento completo do sistema permite identificar com mais precisão qual componente está falhando.

Legislação

Questão 16

No âmbito do plano de carreira dos servidores do Poder Legislativo municipal, a Lei Complementar nº 270/2026 disciplina diferentes modalidades de promoção funcional, estabelecendo requisitos específicos, interstícios e vedações quanto ao aproveitamento de títulos e certificados. Considerando exclusivamente essas disposições, analise as assertivas a seguir:

() A promoção por merecimento será concedida ao servidor efetivo que completar cinco anos de efetivo exercício, mediante acréscimo sobre o vencimento base, desde que atendidos os requisitos legais relativos à ausência de penalidades e limites de faltas, sendo a vantagem concedida de ofício na folha subsequente ao implemento do interstício.

() A promoção por nova titulação poderá ser concedida tanto a servidores efetivos quanto comissionados, sendo exigido o cumprimento de estágio probatório para ambos, desde que comprovada formação em nível de escolaridade superior ao exigido para o cargo.

() A promoção por capacitação continuada será concedida ao servidor efetivo, desde que cumprido o

estágio probatório, observado o interstício mínimo de três anos entre progressões e comprovada a participação em cursos de capacitação que totalizem quarenta horas, com conteúdos compatíveis com as atribuições do cargo ou função ou voltados à administração pública ou políticas públicas.

() Para fins de concessão de vantagem decorrente de nova titulação, não poderão ser utilizados diplomas ou certificados referentes a nível de escolaridade que já tenham sido utilizados para concessão de vantagens ou progressão previstas em legislação anterior.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo:

- (A) F, V, F, V.
- (B) F, V, V, V.
- (C) V, F, V, V.
- (D) V, V, V, F.
- (E) V, F, F, V.

Questão 17

No âmbito do regime disciplinar aplicável aos servidores públicos municipais, a Lei nº 1.010/2001 estrutura um sistema normativo que contempla deveres funcionais, proibições, responsabilidades e penalidades, estabelecendo consequências jurídicas distintas conforme a natureza da infração e os elementos que a caracterizam. Considerando as disposições constantes desse diploma legal, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, sendo essas responsabilidades independentes entre si e passíveis de cumulação, ressalvada a absolvição que negue a existência do fato ou a autoria.
- (B) As penalidades disciplinares aplicáveis ao servidor incluem, entre outras, advertência, suspensão e multa, podendo esta última ser aplicada de forma autônoma sempre que verificada infração funcional de natureza leve, conforme critérios definidos pela autoridade competente.
- (C) A responsabilidade administrativa do servidor decorre de infrações funcionais expressamente tipificadas, sendo sua apuração dispensada quando houver confissão do servidor ou comprovação documental suficiente da irregularidade praticada no exercício do cargo.
- (D) A aplicação das penalidades disciplinares compete à autoridade administrativa competente, podendo ser delegada a qualquer servidor investido em função de chefia, independentemente de previsão expressa no estatuto ou de hierarquia funcional direta.
- (E) As proibições impostas ao servidor abrangem condutas incompatíveis com o exercício do cargo, sendo admitida, em caráter excepcional, a prática de atos vedados mediante autorização expressa da autoridade superior, desde que não haja prejuízo à Administração Pública.

Questão 18

O Regimento Interno da Câmara Municipal constitui instrumento normativo destinado a disciplinar a organização, o funcionamento e os procedimentos legislativos no âmbito do Poder Legislativo local, estabelecendo regras relativas à estrutura interna, à condução das sessões e à tramitação das proposições. Considerando o disposto nesse diploma normativo, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O Regimento Interno possui natureza administrativa, voltando-se à organização interna da Câmara Municipal, não alcançando, de maneira abrangente, as atividades deliberativas do Plenário ou a tramitação das proposições legislativas.
- (B) O Regimento Interno disciplina aspectos formais das sessões legislativas, com ênfase na organização dos trabalhos parlamentares, sem tratar, de forma detalhada, dos direitos e deveres dos vereadores no exercício do mandato.
- (C) O Regimento Interno regula o funcionamento interno da Câmara Municipal, com foco na estrutura administrativa e operacional, não contemplando, de forma direta, a organização das sessões nem os procedimentos relacionados ao processo legislativo.
- (D) O Regimento Interno trata predominantemente da organização administrativa da Câmara Municipal, não abrangendo, em regra, a disciplina do processo legislativo, o qual encontra previsão na Constituição e na legislação infraconstitucional.
- (E) O Regimento Interno estabelece normas sobre a organização da Câmara Municipal, disciplinando direitos e deveres dos vereadores, funcionamento das sessões e tramitação das proposições no âmbito do processo legislativo.

Questão 19

No âmbito do processo legislativo municipal e das funções de fiscalização exercidas pelo Poder Legislativo, as comissões desempenham papel relevante tanto na deliberação de matérias quanto no controle da Administração Pública. Considerando o disposto na Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça/SC acerca das comissões permanentes e das comissões especiais de inquérito, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As comissões permanentes não podem convocar Secretários Municipais para prestar informações, sendo tal atribuição exclusiva das comissões especiais de inquérito, que exercem funções investigativas com poderes ampliados e independentes do controle político do Legislativo.
- (B) As comissões especiais de inquérito não podem intimar testemunhas ou requisitar documentos diretamente, sendo necessária a intervenção prévia do Poder Judiciário para a realização de diligências investigatórias, ainda que haja requerimento de um terço dos membros da Câmara Municipal.

- (C) As comissões permanentes possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo determinar diligências e requisitar documentos independentemente de fato determinado e prazo certo, desde que observada a competência material da Câmara Municipal.
- (D) As comissões permanentes podem discutir e votar projeto de lei que dispense a competência do Plenário, na forma regimental, salvo recurso de um quinto dos membros da Câmara, cabendo às comissões especiais de inquérito apurar fato determinado em prazo certo.
- (E) As comissões especiais de inquérito são instituídas mediante deliberação do Plenário por maioria absoluta, não podendo requisitar documentos ou determinar diligências diretamente, devendo encaminhar suas conclusões previamente ao Poder Judiciário para validação das medidas adotadas.

Questão 20

No exercício das funções de fiscalização da Administração Pública municipal, a Lei Orgânica de Morro da Fumaça/SC estabelece mecanismos de controle externo e interno, bem como define competências do Tribunal de Contas e das comissões parlamentares. Considerando exclusivamente essas disposições, analise as afirmativas a seguir:

I.A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno de cada Poder, abrangendo aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade.

II.Qualquer contribuinte poderá examinar e apreciar as contas do Município pelo prazo de sessenta dias, anualmente, podendo questionar sua legitimidade na forma da lei.

III.O Tribunal de Contas julga as contas prestadas anualmente pelo Prefeito no prazo de sessenta dias a contar do seu recebimento, no exercício do controle externo a cargo da Câmara Municipal.

IV.Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de irregularidades, deverão dar ciência ao Tribunal de Contas, ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal, sob pena de responsabilidade solidária.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (C) I, II, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (E) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

Conhecimentos Específicos

Questão 21

O controle da Administração Pública compreende os mecanismos jurídicos e institucionais destinados a verificar a conformidade dos atos administrativos com o ordenamento jurídico e a promover a responsabilização dos agentes. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__)O controle da Administração Pública pode ser classificado quanto ao órgão que o exerce (controle interno e controle externo), quanto ao momento de sua realização (controle prévio, concomitante e subsequente) e quanto ao aspecto controlado (controle de legalidade, de mérito e de resultados).

(__)O controle de mérito dos atos administrativos discricionários pode ser exercido pelo Poder Judiciário sempre que verificar que a decisão administrativa, embora formalmente legal, foi inconveniente ou inoportunamente tomada, cabendo ao Juízo substituir o ato pela decisão que reputar mais adequada ao interesse público.

(__)O controle interno da Administração Pública compreende tanto o controle hierárquico, exercido pelos órgãos superiores sobre os inferiores na estrutura administrativa, quanto o controle finalístico, exercido pela Administração Direta sobre as entidades da Administração Indireta a ela vinculadas.

(__)O controle popular, exercido diretamente pelos cidadãos e pela sociedade civil, constitui espécie de controle externo em sentido amplo, materializado em instrumentos como o direito de petição, a ação popular e os mecanismos de participação social previstos na Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, V.
- (B) F, F, V, V.
- (C) V, F, V, V.
- (D) V, F, F, F.
- (E) V, F, V, F.

Questão 22

O Monitoramento é o quinto componente do controle interno segundo o modelo do Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO), responsável por avaliar a qualidade do desempenho do sistema de controle interno ao longo do tempo. Considerando as especificidades do monitoramento na gestão pública, analise as afirmativas a seguir.

I.O monitoramento contínuo ocorre durante o curso normal das operações e inclui atividades regulares de gestão e supervisão, verificações realizadas por gerentes operacionais e outras ações de acompanhamento que os funcionários realizam no desempenho de suas tarefas;

sua amplitude e frequência são fatores determinantes de sua efetividade.

II.As deficiências identificadas no processo de monitoramento devem ser comunicadas ao nível gerencial adequado, de forma tempestiva, permitindo a adoção de ações corretivas; deficiências significativas que possam afetar os objetivos da entidade devem ser comunicadas à alta administração e, quando aplicável, ao órgão de governança.

III.As avaliações em separado, por serem conduzidas de forma independente em relação à gestão operacional, prescindem de documentação e de plano de ação formal, sendo suficiente a comunicação verbal dos resultados ao responsável da unidade auditada para que o componente de monitoramento esteja adequadamente implementado.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) I e III apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) III apenas.
- (E) II apenas.

Questão 23

O modelo de controle interno desenvolvido pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway, conhecido como COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), estabelece a relação entre os objetivos organizacionais e os componentes do controle interno, estrutura adotada como referência pela administração pública brasileira. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__)No modelo COSO I (1992), os objetivos de conformidade referem-se à confiabilidade das informações financeiras, enquanto os objetivos operacionais dizem respeito ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis à entidade.

(__)O modelo COSO I estabelece que os cinco componentes do controle interno — ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação, e monitoramento — devem estar presentes e funcionando de forma integrada para que o controle interno seja efetivo em relação a cada uma das três categorias de objetivos.

(__)Na estrutura COSO, a categoria de objetivos estratégicos foi incluída no modelo original de 1992, sendo um dos três pilares junto aos objetivos operacionais e de conformidade, sendo que os objetivos de reporte foram acrescentados apenas na revisão de 2013.

(__)A relação entre objetivos e componentes no modelo COSO é representada por uma matriz tridimensional, na qual os objetivos são dispostos nas colunas, os componentes nas linhas e as unidades organizacionais na profundidade, refletindo a abrangência do controle

interno em toda a entidade.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, V.
- (B) V, F, V, F.
- (C) V, F, F, F.
- (D) F, V, F, V.
- (E) F, F, V, V.

Questão 24

Um auditor de controle interno analisa a execução orçamentária de uma autarquia estadual e identifica, no mesmo período, irregularidades no recolhimento de tributos próprios, indícios de desvio de bens sob responsabilidade de servidor e atraso na execução de obras previstas no programa de trabalho. Para orientar seu relatório, consulta o art. 75 da Lei nº 4.320/1964, que dispõe sobre os componentes do controle da execução orçamentária. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O controle da execução orçamentária abrange a legalidade dos atos na arrecadação da receita ou realização da despesa, a fidelidade funcional dos agentes responsáveis por bens e valores públicos e o cumprimento do programa de trabalho em termos monetários e de obras e serviços.
- (B) O controle da execução orçamentária restringe-se ao acompanhamento do programa de trabalho expresso em termos de realização de obras e prestação de serviços, cabendo ao Tribunal de Contas a verificação da legalidade dos atos de arrecadação e da fidelidade funcional dos agentes.
- (C) O controle da execução orçamentária compreende a verificação do programa de trabalho em termos monetários e o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações, sendo a fidelidade funcional dos agentes públicos objeto de controle disciplinar, tratado em capítulo distinto da mesma lei.
- (D) O controle da execução orçamentária realiza a verificação da legalidade dos atos de arrecadação de receita e de realização de despesa, não abrangendo a avaliação da fidelidade funcional de agentes públicos nem o acompanhamento físico do cumprimento do programa de trabalho.
- (E) O controle da execução orçamentária abrange a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos e o cumprimento do programa de trabalho, mas não realiza a análise da legalidade dos atos que deram origem ou extinguiram direitos e obrigações da administração.

Questão 25

O controle externo exercido pelos Tribunais de Contas constitui instrumento constitucional de fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da

Administração Pública, sendo sua estrutura e competências definidas pela Constituição Federal de 1988. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() Os Tribunais de Contas, por exercerem funções análogas às jurisdicionais no âmbito do controle externo, integram o Poder Judiciário como órgão especializado, gozando das garantias institucionais e dos privilégios processuais próprios da magistratura, incluindo a imunidade de seus membros ao controle do Conselho Nacional de Justiça.

() A Constituição Federal de 1988 atribui ao Tribunal de Contas da União competência para apreciar, mediante parecer prévio, as contas anuais prestadas pelo Presidente da República, cabendo ao Congresso Nacional o julgamento definitivo, nos termos dos arts. 49, IX, e 71, I, da Constituição Federal de 1988.

() Os Tribunais de Contas dispõem de competência constitucional para sustar a execução de ato impugnado, devendo, para a sustação de contratos, dar ciência ao Poder Legislativo competente, que deliberará a respeito; somente se o Poder Legislativo ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas cabíveis, é que o Tribunal adquire competência para decidir a respeito.

() O Tribunal de Contas exerce controle de legalidade sobre os atos de admissão de pessoal, exceto as nomeações para cargo de provimento em comissão, e sobre as concessões de aposentadorias, reformas e pensões, podendo recusar o registro se os atos não observarem os requisitos legais, sendo esse registro indispensável para a eficácia definitiva do ato.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, V, V.
- (B) F, V, V, V.
- (C) V, V, V, F.
- (D) V, F, V, F.
- (E) V, F, F, V.

Questão 26

A Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece regras para o controle e a recondução das dívidas consolidada e mobiliária dos entes públicos aos limites fixados pelo Senado Federal, disciplinando as consequências do descumprimento e as medidas obrigatórias de ajuste. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() Nos termos do art. 31, §1º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, se a dívida consolidada do ente superar o limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três quadrimestres subsequentes, devendo ser reduzido pelo menos vinte e cinco por cento do excesso no primeiro quadrimestre.

() Enquanto perdurar o excesso da dívida consolidada

sobre o limite fixado, o ente fica vedado de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita orçamentária, salvo as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

() O descumprimento do prazo de recondução da dívida consolidada ao limite implica a suspensão automática de todos os repasses do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios ao ente infrator, independentemente de decisão do Senado Federal.

() Se a dívida consolidada ultrapassar o limite ao final de um quadrimestre, o ente deve reduzi-la nos três seguintes, com diminuição inicial de parte do excedente, ficando sujeito a restrições quanto à realização de operações de crédito enquanto persistir o excesso.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, F.
- (B) V, V, F, V.
- (C) V, F, V, F.
- (D) F, F, V, V.
- (E) V, V, V, V.

Questão 27

A Lei Complementar Estadual nº 202/2000, que trata da organização e das competências do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), define suas atribuições de controle externo, como a apreciação de contas e o julgamento de responsáveis. Nesse contexto, considerando a natureza jurídica de suas decisões e o papel do controle interno, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As decisões do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que imputam débito ou aplicam multa têm natureza jurisdicional, sendo equivalentes às decisões judiciais e, por isso, não podem ser revistas pelo Poder Judiciário em qualquer hipótese.
- (B) O controlador interno, ao certificar as contas de gestores e encaminhá-las ao Tribunal de Contas do Estado, exerce auxílio ao controle externo, e sua manifestação técnica integra os autos do processo de fiscalização, podendo o Tribunal desconsiderá-la motivadamente.
- (C) A Lei Complementar Estadual nº 202/2000 atribui ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina competência exclusiva para apreciar as contas do Governador do Estado, afastando qualquer participação da Assembleia Legislativa no processo de julgamento.

- (D) O prazo decadencial para a tomada de contas especial instaurada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina é de cinco anos, contados da data da ocorrência do fato irregular, sendo imprescritível apenas nos casos de dolo comprovado.
- (E) O controlador interno que discordar da regularidade de atos praticados pelo ordenador de despesas deve recusar o atesto e comunicar o fato diretamente ao Ministério Público Estadual, independentemente de ciência ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Questão 28

O sistema de controle da Administração Pública brasileiro distribui as funções de controle entre diferentes Poderes e instituições, cada qual com instrumentos e limites próprios definidos pela Constituição Federal de 1988 e pela legislação infraconstitucional. Dado o contexto, analise as afirmativas a seguir.

I.O controle legislativo sobre a Administração Pública restringe-se à apreciação formal de leis aprovadas, não abrangendo instrumentos como Comissões Parlamentares de Inquérito ou pedidos de informação, enquanto o controle financeiro-orçamentário é exercido diretamente pelo Poder Executivo, sem participação dos Tribunais de Contas e sem caracterizar modalidade de controle externo.

II.O controle administrativo compreende o poder-dever da Administração Pública de revisar os seus próprios atos, podendo anulá-los por razões de ilegalidade, e revogá-los, por razões de conveniência e oportunidade, com efeitos, respectivamente, *ex tunc* e *ex nunc*, nos termos consolidados na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal.

III.O controle judicial da Administração Pública no Brasil é exercido com base no sistema do contencioso administrativo, pelo qual os litígios envolvendo o poder público são julgados exclusivamente por tribunais administrativos especializados, afastada a jurisdição do Poder Judiciário comum para a apreciação de atos da Administração.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
(B) II e III apenas.
(C) III apenas.
(D) I e II apenas.
(E) II apenas.

Questão 29

A atuação do controlador interno está diretamente articulada com os procedimentos de controle externo exercidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, sendo fundamental conhecer as competências e os limites de cada instância. Considerando as disposições da Lei Complementar Estadual nº 202/2000 e da Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas

a seguir.

I.O sistema de controle interno, nos termos da Constituição Federal de 1988, tem o dever de apoiar o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional, devendo comunicar ao órgão de controle externo qualquer irregularidade ou ilegalidade de que tome conhecimento, sob pena de responsabilidade solidária.

II.A Lei Complementar Estadual nº 202/2000 prevê a figura da tomada de contas especial como instrumento de que dispõe o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina para, de ofício ou por provocação, apurar fatos, identificar responsáveis e quantificar o dano ao erário estadual ou municipal causado por omissão ou irregularidade.

III.O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina pode aplicar aos responsáveis as sanções previstas na Lei Complementar Estadual nº 202/2000, incluindo multa, inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, e declaração de inidoneidade, garantido o contraditório e a ampla defesa.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) III apenas.
(B) I, II e III.
(C) I e II apenas.
(D) II apenas.
(E) I e III apenas.

Questão 30

A Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, incluindo disposições sobre o controle da execução orçamentária. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__)O controle da execução orçamentária previsto na Lei Federal nº 4.320/1964 abrange apenas os atos de natureza financeira, excluindo de seu escopo a verificação de conformidade dos atos administrativos com os programas, metas e objetivos fixados no orçamento.

(__)A Lei Federal nº 4.320/1964 determina que o controle interno da execução orçamentária compete exclusivamente ao órgão central de contabilidade de cada ente federado, vedada a delegação dessas funções a unidades setoriais ou seccionais da administração pública.

(__)O controle externo da execução orçamentária exercido pelos Tribunais de Contas, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, restringe-se à legalidade dos atos, não abrangendo a avaliação de economicidade, eficiência e eficácia da gestão dos recursos públicos.

(__)A Lei Federal nº 4.320/1964 dispõe que os órgãos de contabilidade e auditoria verificarão a exatidão dos balanços e demonstrações contábeis, bem como o

cumprimento das leis, regulamentos e instruções que disciplinam a execução orçamentária e financeira dos órgãos públicos.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, V.
- (B) V, F, F, F.
- (C) F, F, F, V.
- (D) F, F, V, V.
- (E) V, F, V, F.

Questão 31

O sistema de planejamento orçamentário municipal é estruturado em torno de três instrumentos integrados e hierarquizados previstos na Constituição Federal de 1988: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. O controlador interno desempenha papel essencial no acompanhamento da elaboração e execução desses instrumentos, verificando a consistência entre o planejamento e a execução e a conformidade com os dispositivos normativos vigentes. Com base na sistemática constitucional e legal aplicável, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O Plano Plurianual estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, tendo vigência de quatro anos; nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual ou sem lei que o autorize.
- (B) A compatibilidade entre a Lei Orçamentária Anual e o Plano Plurianual é exigência meramente formal, sendo admitida a inclusão de programas e ações na Lei Orçamentária Anual sem correspondência no Plano Plurianual, desde que haja autorização expressa da Câmara de Vereadores.
- (C) O Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, enquanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias pode ser proposta por qualquer membro do Poder Legislativo, dado seu caráter indicativo e não vinculante.
- (D) A Lei Orçamentária Anual compreende o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social, sendo vedada a inclusão de dispositivo que autorize a abertura de crédito suplementar no próprio texto da lei orçamentária, sob pena de inconstitucionalidade.

- (E) A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem vigência bienal e estabelece as metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício subsequente ao de sua aprovação, sendo de iniciativa exclusiva do Poder Legislativo Municipal, por envolver matéria de interesse direto da Câmara de Vereadores.

Questão 32

A Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, impõe restrições à destinação dos recursos decorrentes da alienação de ativos públicos, estabelecendo limites ao uso dessas receitas na composição do resultado primário e na geração de obrigações de natureza continuada. A Constituição Federal de 1988 também contém disposições aplicáveis à matéria, especialmente quanto à vinculação das receitas de capital. Com base nessas normas, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A Constituição Federal de 1988 veda integralmente a alienação de bens imóveis do patrimônio público, sendo permitida apenas a concessão de uso, a permissão de uso e a autorização de uso desses bens a particulares mediante licitação.
- (B) As receitas obtidas com a alienação de ativos públicos integram automaticamente o superávit primário do ente para fins de verificação do cumprimento da meta fiscal prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, sem qualquer restrição quanto à sua contabilização para esse efeito.
- (C) É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, exceto se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- (D) Nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000, os recursos obtidos com a alienação de ativos podem ser livremente utilizados para amortização da dívida pública ou para custeio de despesas correntes, cabendo ao gestor a escolha da destinação mais conveniente à administração.
- (E) A alienação de participações societárias do poder público em empresas estatais não se sujeita às restrições da Lei Complementar Federal nº 101/2000 quanto à destinação dos recursos, por tratar-se de receita patrimonial de natureza excepcional e não recorrente.

Questão 33

O Ambiente de Controle constitui o primeiro e mais fundamental componente do sistema de controle interno segundo o modelo do Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO), representando a base sobre a qual os demais componentes se apoiam. Sua efetividade decorre de uma combinação de fatores institucionais e comportamentais que permeiam toda a organização. Com base na estrutura conceitual do controle interno

aplicada ao setor público, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O Ambiente de Controle reflete a cultura organizacional e o comprometimento da liderança com a integridade e os valores éticos, sendo o "tom no topo" o fator determinante, pois controles bem desenhados podem tornar-se inoperantes se a alta administração não os observar.
- (B) As políticas de recursos humanos influenciam o Ambiente de Controle exclusivamente no aspecto de competências técnicas dos servidores, não tendo relação com a integridade, os valores éticos ou o comportamento esperado dos funcionários em relação aos controles internos.
- (C) A estrutura organizacional, como elemento do Ambiente de Controle, deve ser verticalizada e centralizada para garantir a efetividade do controle interno, pois estruturas horizontais e descentralizadas dificultam a segregação de funções e aumentam o risco de fraudes.
- (D) A filosofia gerencial e o estilo de operação da alta administração não integram o conceito de Ambiente de Controle segundo o modelo do Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway, pois este modelo restringe-se a aspectos formais e documentais do sistema de controle.
- (E) O Ambiente de Controle pode ser avaliado isoladamente dos demais componentes, sendo suficiente para garantir a efetividade do controle interno quando todos os seus subcomponentes — integridade, ética, estrutura organizacional e recursos humanos — estiverem adequadamente implantados.

Questão 34

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.135, de 21 de novembro de 2008, aprovou a NBC-T 16.8, que estabelece referenciais para o controle interno nas entidades do setor público. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() A NBC-T 16.8 define controle interno como o conjunto de recursos, métodos, procedimentos e processos adotados pela entidade do setor público, com a finalidade de salvaguardar seus ativos, garantir a conformidade com a legislação, promover a eficiência operacional e estimular a aderência às políticas definidas para o setor.

() Nos termos da NBC-T 16.8, a responsabilidade pela implementação e manutenção do controle interno compete exclusivamente ao órgão central de controladoria do ente público, não alcançando os gestores das unidades orçamentárias, que apenas executam as diretrizes por ele estabelecidas.

() A NBC-T 16.8 dispõe que o controle interno deve ser estruturado de forma a prever apenas os controles preventivos, sendo os controles detectivos e corretivos considerados redundantes e, por isso, incompatíveis com os princípios de economicidade na gestão pública.

() A Constituição Federal de 1988 determina que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, F.
- (B) V, F, F, V.
- (C) F, F, V, V.
- (D) V, V, V, V.
- (E) V, F, V, F.

Questão 35

A Lei Complementar Estadual nº 202/2000 disciplina a competência do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina para fiscalizar a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas pelos entes sob sua jurisdição. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina possui competência para apreciar, mediante parecer prévio, as contas anuais prestadas pelos Prefeitos Municipais, cabendo à Câmara Municipal o julgamento definitivo, exceto nos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, nos quais o próprio Tribunal julga definitivamente.

() A Lei Complementar Estadual nº 202/2000 confere ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina competência para fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado aos municípios, incluindo transferências voluntárias, independentemente da natureza do ente receptor.

() O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ao constatar irregularidade em contrato administrativo em execução, pode sustar diretamente o contrato, prescindindo de comunicação prévia ao Poder Legislativo, nos casos em que o dano ao erário seja de valor superior ao fixado em norma interna do próprio Tribunal.

() Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 202/2000, as decisões do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que resultem em imputação de débito ou multa têm eficácia de título executivo extrajudicial, podendo ser executadas diretamente pela Fazenda Pública competente.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, V, V, F.
- (B) F, V, F, V.
- (C) V, F, F, V.
- (D) F, F, V, F.

(E) V, F, V, F.

Questão 36

A transparência da gestão fiscal é princípio fundamental da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, materializado em instrumentos específicos de prestação de contas e controle social, entre os quais se destaca o Relatório de Gestão Fiscal. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() O Relatório de Gestão Fiscal deve ser emitido ao final de cada semestre pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 54 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo ser publicado no Diário Oficial e, quando couber, na rede mundial de computadores.

() O Relatório de Gestão Fiscal deve ser assinado pelo titular do Poder ou órgão e pelos responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, consoante o art. 54 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, sendo elemento essencial à responsabilização dos signatários.

() O prazo para publicação do Relatório de Gestão Fiscal é de noventa dias após o encerramento do período de apuração, devendo, em caso de descumprimento desse prazo, o gestor responsável ser afastado preventivamente do cargo pelo Tribunal de Contas competente.

() O Relatório de Gestão Fiscal conterá comparativo com os limites de que trata a própria lei, em relação às despesas com pessoal, dívida consolidada, operações de crédito, concessão de garantias e inscrição em Restos a Pagar.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, F.
- (B) V, V, V, V.
- (C) F, V, F, V.
- (D) F, F, V, V.
- (E) V, F, F, F.

Questão 37

O controle interno da execução orçamentária, disciplinado pelo Capítulo II do Título VIII da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, define as responsabilidades e os instrumentos da auditoria interna no âmbito da administração pública. Sobre as atribuições do controle interno nesse contexto, analise as afirmativas a seguir.

I. Nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, o controle interno compreende a verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária, a fidelidade funcional dos agentes responsáveis por bens e valores públicos e a fidelidade ao cumprimento do programa de trabalho.

II. A Lei Federal nº 4.320/1964 determina que o controle

interno, ao constatar irregularidade na execução orçamentária, deve promover a glosa automática do valor gasto, independentemente de manifestação do ordenador de despesas ou de qualquer procedimento contraditório prévio.

III. O controle da execução orçamentária compreenderá a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos e o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III apenas.
- (D) II e III apenas.
- (E) I apenas.

Questão 38

Um município instituiu uma Controladoria Geral e surgiu dúvida sobre a natureza de suas atribuições, especialmente quanto à sua atuação junto ao Prefeito e à distinção em relação às funções do ordenador de despesas. Com base no conceito de controladoria aplicada à gestão pública, assinale a alternativa que descreve CORRETAMENTE a posição institucional e as funções da controladoria municipal nessa situação.

- (A) A controladoria municipal exerce função de suporte informacional e de avaliação da gestão, produzindo informações para a tomada de decisão e verificando a conformidade dos atos com a legislação, ao chefe do executivo cabe a decisão política final sobre a gestão.
- (B) A controladoria municipal, por ser órgão central do sistema de controle interno, possui poderes para determinar a suspensão de qualquer ato administrativo que repute irregular, com efeito vinculante sobre os ordenadores de despesas.
- (C) A controladoria possui função contábil, e a aplicabilidade do seu conceito à gestão pública consiste na organização de registros e no acompanhamento de resultados formais, considerando que a análise de riscos e a avaliação de desempenho direcionam a tomada de decisão do ente público.
- (D) A controladoria municipal, ao identificar irregularidade em ato do Prefeito, deve emitir nota de rejeição com eficácia suspensiva imediata do ato, comunicando simultaneamente à Câmara de Vereadores e ao Tribunal de Contas do Estado, antes de notificar o próprio gestor.

(E) As funções da controladoria confundem-se com as do ordenador de despesas no âmbito da gestão pública, pois ambos compartilham a responsabilidade pela regularidade da execução orçamentária e financeira, respondendo solidariamente perante o Tribunal de Contas.

Questão 39

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária constitui um dos principais instrumentos de transparência da gestão fiscal previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, com disciplina também na Constituição Federal de 1988. Sobre as características e exigências relativas ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária, analise as afirmativas a seguir.

I. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária é elaborado ao final de cada quadrimestre, com divulgação condicionada à conveniência administrativa do ente, podendo ser substituída por comunicações internas sem exigência de publicação em meio oficial.

II. Nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária é instrumento de apuração quadrimestral, devendo abranger o período do último bimestre de cada quadrimestre e ser apresentado juntamente com o Relatório de Gestão Fiscal ao titular do Poder Executivo.

III. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 165, §3º, estabelece que o Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório da execução orçamentária, base constitucional do Relatório Resumido da Execução Orçamentária regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I apenas.
- (C) II e III apenas.
- (D) I e III apenas.
- (E) III apenas.

Questão 40

Um ente federado constata, ao apurar o Relatório de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre, que a despesa total com pessoal do Poder Executivo atingiu 51,8% da Receita Corrente Líquida, ultrapassando o limite prudencial de 51,3%, sem, contudo, exceder o limite máximo de 54% previsto na Lei Complementar nº 101/2000. Considerando que, em cenário diverso, também pode ocorrer a superação do limite máximo, o controlador interno é consultado sobre as consequências jurídicas aplicáveis em cada hipótese. À luz dos arts. 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/2000, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A superação do limite de despesa com pessoal no segundo quadrimestre obriga o ente a eliminar o excesso integralmente no quadrimestre seguinte, mediante redução proporcional de todos os cargos em comissão, sendo vedada qualquer outra forma de ajuste.
- (B) Ultrapassado o limite legal de despesa com pessoal, aplicam-se vedações a aumentos, criação de cargos, admissões e horas extras; excedido o limite máximo, o excesso deve ser eliminado nos dois quadrimestres, com restrições a transferências voluntárias, garantias e operações de crédito.
- (C) Nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000, o ente que ultrapassar o limite prudencial deve apresentar, no prazo de trinta dias, plano de reestruturação administrativa ao Tribunal de Contas competente, que deverá autorizar ou vetar as medidas de redução propostas.
- (D) Superado o limite prudencial, o ente deve, no prazo de noventa dias contados da apuração, reduzir a despesa de pessoal ao limite máximo por meio da exoneração de servidores estáveis, sendo esta a única medida legalmente admitida para o retorno ao limite.
- (E) O descumprimento do limite máximo de despesa com pessoal previsto na Lei Complementar Federal nº 101/2000 implica a vedação automática da transferência de recursos voluntários da União ao ente infrator, com efeito imediato independentemente de notificação prévia pelo Ministério da Fazenda.